

PC do B sugere

Cidade

01/10/85, TERÇA-FEIRA • 15

6 páginas

dividir DF em municípios

Ana Leyla

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) é favorável à municipalização das cidades-satélites e à industrialização, sem adjetivos, do Distrito Federal. Vê com desconfiança a proposta de uma Assembleia Regional Constituinte como foro maior para definir a questão da representação política, porque entende que esta é uma forma de protelar uma solução que pode surgir já.

Sem candidatos próprios às vagas ao Senado e à Câmara pelo DF, o PC do B pretende apoiar setores progressistas da Aliança Democrática, mas denuncia como "PDS disfarçado" o Comitê JK — um dos grupos com força política dentro do PMDB-DF, que tem no secretário de Serviços Públicos, Carlos Murilo, uma de suas maiores lideranças. "Esses setores de extrema-direita vão acabar fazendo com que figuras expressivas do PMDB abandonem a legenda muito brevemente", assegura Paulo Cassis, presidente da comissão diretora regional provisória do partido, que fala nesta entrevista sobre a representação política que o PC do B quer para Brasília.

Paulo Cassis: Somos favoráveis à eleição para governador, prefeitos e vereadores de cidades-satélites e uma assembleia legislativa local. Entendemos, contudo, que a posição mais correta não é deixar para uma Constituinte local definir que tipo de representação Brasília vai ter, porque isso vai nos atrasar o processo. Achamos que já há condições para definir isso imediatamente.

JBr: Em relação às cidades-satélites, a polémica tem se resumido a dois aspectos: municipalizá-las ou não. Como vocês, do PC do B, vêem esta questão?

Paulo Cassis: Bem, ai nós temos que considerar o seguinte: o problema é dos municípios e não é só de Brasília. Em todo o País os municípios são prejudicados na distribuição tributária, tanto que se está pedindo agora uma reforma que certamente virá. Não sabemos se vai atender plenamente ou não, mas ela virá. Só isso já nos dá a certeza de que melhorarão as condições financeiras para a municipalização.

desemprego no DF, porque não adianta também colocar indústria não poluente, altamente sofisticada, que vai absorver pouca mão-de-obra e cuja montagem nos coloca em dependência tecnológica ao exterior. Agora, se a indústria que mais emprega mão-de-obra for poluente, que se tome as medidas adequadas para isso não resultar em prejuízo da população. Uma outra questão é a necessidade de uma justa combinação entre a industrialização do DF e a região geoeconômica.

JBr: Voltando à questão da representação política para o DF. Vocês acham que essa alteração deva se dar através de uma emenda à Constituição?

Paulo Cassis: O encaminhamento disto tem que ser bem estudado, não é, porque a municipalização independe de emenda à Constituição. Ao que nos consta basta o governador fazer a divisão do DF em municípios. Isso dependeria de um projeto aprovado por maioria simples, de lei ordinária.

JBr: Mesmo a situação do Distrito Federal em relação aos Estados continua diferente, face à inexistência de um setor industrial bem estruturado. As cidades-satélites, neste contexto, não são pobres demais para arcar com o status de município, mesmo que haja uma reforma tributária?

Paulo Cassis: A reforma tributária certamente melhorará a situação, mas outra coisa que precisa ser considerada é que mesmo uma ótima arrecadação, sem mecanismos de controle popular sobre a aplicação destes recursos, não chega a beneficiar a população. Os recursos são desviados até para fins ilícitos. Daí a necessidade de eleições. Consideramos que, em princípio, é preciso municipalizar, mas que este processo de luta tem que estar articulado com o processo da reforma tributária e também com um estudo maior sobre quais seriam os eventuais prejuízos financeiros que teriam os municípios a serem criados, verificando também o que se pode fazer em termos de legislação para evitar que isto ocorra. Nós temos que defender a municipalização sem que isso implique prejuízo para as cidades-satélites. O Partido Comunista do Brasil não é a favor da autonomia municipal por uma questão de princípio. Isso é uma questão prática de ver qual é o maior interesse popular.

JBr: A se municipalizar o Distrito Federal, vocês comunistas acham que deveria haver também uma revisão no que diz respeito, por exemplo, à proposta de industrialização do Distrito Federal?

Paulo Cassis: A polémica, no nosso modo de ver, não se estabelece entre indústria poluente ou não poluente, mas a questão principal é saber qual delas resolve o problema do

JBr: E como conseguir isso?

Paulo Cassis: Vemos que há muitos partidos favoráveis à mesma proposta de representação política que defendemos. Dentro do próprio PMDB há grupos favoráveis e outros contrários. Nós não pretendemos formular uma proposta e encaminhá-la sozinhos, porque só a união de amplas forças vai conseguir levar esta luta à vitória.

JBr: O PFL do DF já encaminhou uma proposta de emenda à Constituição estabelecendo eleições em todos os níveis. Foi o primeiro partido a tomar uma posição concreta neste sentido. Você acha que os frequentistas vão encontrar uma resposta positiva por parte da população?

Paulo Cassis: Bem, a proposta do PFL, no que diz respeito às cidades-satélites, prevê um Conselho de Representantes mas sem poderes efetivos. Esse tipo de conselho proposto pelo PFL pode satisfazer a vaidades pessoais, mas só, porque estes representantes não teriam delegação para decidir o que é uma representação inócuia. Parece que nesta questão não há meio caminho, ou se cria a Câmara de Vereadores e se dá autonomia às cidades-satélites, ou se continua como está.

JBr: O PC do B concorrerá às eleições para deputados e senadores pelo DF?

Paulo Cassis: Nesta questão nós entendemos que não se pode olhar a batalha partidária unicamente do ponto de vista partidário. Mas sim do ponto de vista político mais amplo, da necessidade que esta batalha resulte no fortalecimento da democracia e dos setores favoráveis às mudanças dentro da Aliança Democrática. Nós sabemos que nesta há forças que tentam frear as mudanças, sempre, então nós temos que fazer uma avaliação eleitoral de tal forma que só vamos concorrer quando verificarmos que temos condições de eleger, senão serão votos esperdiçados, legenda esperdiçada, que vão enfraquecer a Aliança Democrática e seus setores mais progressistas. Então, nós vamos optar por apoiar candidatos de outros partidos que defendam posições como as que defendemos no momento atual.

JBr: E nesse quadro que já se começa a delinear no DF, o PC do B tende a apoiar quais candidatos?

Paulo Cassis: O problema mais complicado é a legenda. Do jeito que as coisas andam para o lado do PMDB do DF, ele tende a se transformar até num partido de extrema-direita. Se isso ocorrer nós acreditamos que setores progressistas e que se identificam com o espírito da Nova República vão abandonar o PMDB, porque a extrema-direita está aí tentando se utilizar da bandeira democrática. Se isso ocorrer, o PMDB vai ficar caracterizado aqui como PDS disfarçado. Nós não estamos dispostos em tese porque a gente sabe que isso vai ocorrer, há possibilidades de figuras expressivas dentro do PMDB terem que abandonar a legenda.